

Câmaras arbitrais trariam avanços à gestão pública, defende Adelmo Emerenciano

Rodrigo Pionente

Adelmo Emerenciano é um advogado com quase 45 anos de experiência profissional, estando há mais de uma década figurando no ranking brasileiro dos advogados Mais Admirados do país. É o sócio fundador do escritório Emerenciano, Baggio & Associados - Advogados, que está entre os dez maiores escritórios do país com presença em diversos Estados brasileiros. Em uma visita ao **Correio Popular**, a convite do presidente-executivo do jornal, Ildio Hamilton Barioni, Emerenciano conta a sua trajetória de vida. Uma história inspiradora que começou em Campinas quando a família do interior veio buscar oportunidades na cidade no início da década de 70, e segue até hoje sendo escrita. Considerado um especialista em casos e transações de alta complexidade com presença constante nas grandes questões nacionais, e representando as grandes corporações estrangeiras, o professor de Direito comercial e empresarial com mais de 30 anos de atuação acadêmica, com vários livros, artigos e conferências proferidas em diversos países do mundo, conta sobre o modelo de advocacia que ajudou a desenvolver e sua relevante e larga contribuição ao Direito tributário, comercial e empresarial no país. Pesquisador e PhD em Direito Público, tendo contribuído com estudos e elaboração de várias leis de elevado interesse social, Emerenciano também comenta sobre a Lei da Arbitragem no país e os avanços que Campinas e as cidades da região teriam ao criar uma legislação que permitisse a atuação de câmaras arbitrais privadas no direito Tributário, Trabalhista e Público. Recebeu diversos prêmios e homenagens no curso de sua carreira, bem como emprego mais de 500 profissionais sob seu comando. Antes de ser advogado, ele foi executivo de uma empresa americana, trabalhando na área de administração financeira e também em comércio internacional.

Como foi a sua chegada a Campinas?

Meus pais vieram de São José do Rio Preto, interior, em busca de oportunidade de trabalho em Campinas. Basicamente a motivação da mudança era para que os filhos pudessem estudar e se desenvolver. Eu tenho dois irmãos mais velhos que vieram depois e um mais novo que já nasceu aqui na cidade. Quando cheguei eu tinha sete anos. Eu comecei meus estudos em Campinas. Desses quatro irmãos, três deles são advogados. Mas eu fui o primeiro a fazer a faculdade de Direito.

E como foi o início de tudo?

Eu comecei a trabalhar muito cedo. Com 12 anos de idade, com um tio que tinha um comércio no Centro da cidade. Era um comércio de máquinas de costura da Singer. Era uma época em que a gente tinha que trabalhar para dar dinheiro para a mãe e para o pai. Então eu comecei a trabalhar nessa atividade até que resolvi ingressar no Patrulheiros Campinas. E chegou um momento, após a formação do curso básico, que se podia verificar as vagas de trabalho disponíveis. E eu recebi uma oferta para trabalhar em uma empresa da época, a Singer, e em um escritório de advocacia.

Então, podemos dizer que o destino o transformou em um advogado?

Quando eu escolhi o escritório de advocacia, aí acho que já foi destino, realmente! Eu fui trabalhar com duas grandes personalidades do Direito em Campinas, que obviamente com a minha idade, na época não sabia, mas eu fui trabalhar para o dr. José Machado de Campos Filho e para o dr. Walter Hoffmann. Então foi uma coisa espetacular. E isso eu tinha 13 anos. Meu primeiro registro profissional foi assinado pelo dr. Walter Hoffmann.

Então a sua trajetória dentro de um escritório de advocacia começou aos 13 anos de idade e entre os melhores?

Sim. Estou há 45 anos vivendo o mundo da advocacia. Quando comecei como patrulheiro no escritório, o Walter Hoffmann e o José Machado de Campos Filho já eram professores da Faculdade de Direito da Puc, de Direito Comercial. E eram também os advogados da época mais proeminentes, os advogados famosos aqui do interior na área da advocacia empresarial. Com projeção estadual. Eram pessoas muito relevantes. Machado, inclusive, tornou-se secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, além de inúmeros outros cargos públicos que ocupou. E o Hoffmann tinha uma ligação com a cidade incrível. Ele foi diretor da Faculdade de Pinhal, diretor do Hospital Beneficência Portuguesa. Era um homem extremamente integrado e influente em Campinas.

E como foi o seu ingresso no curso de Direito?

No escritório comecei cuidando da biblioteca, cuidando dos livros. Depois aprendi a parte contábil e fui crescendo. Uma vida muito próxima ao dr. Machado e ao Walter Hoffmann. Eu tive uma convivência com a faculdade da PUC desde os 14 anos. Pois no meu trabalho como patrulheiro eu vivia indo buscar provas, buscar livros e levar notas. Nesse período eu estudava no Allan Kardec. Depois fui aluno do Colégio Batista, na área de contabilidade. Mas, obviamente, pela minha experiência em trabalhar em uma área jurídica, eu acabei saindo do escritório e fui trabalhar em uma multinacional americana, onde fiquei vários anos. E lá eu já tinha o conhecimento contábil, o conhecimento legal e acabei começando uma carreira financeira dentro dessa multinacional. Foi durante esse período que eu fui aluno da Faculdade de Direito da Puc-Campinas.



O advogado Adelmo Emerenciano, 45 anos de experiência profissional, mais de uma década no ranking brasileiro dos advogados Mais Admirados do país

ENTREVISTA

Câmara arbitral é solução para conflitos, diz advogado

Emerenciano mostra a receita para destravar litígios com poder público

Adelmo Emerenciano na sede da RAC, onde concedeu entrevista ao **Correio****E o curso de Direito da Puc era um dos mais respeitados. Como foi sua vida acadêmica?**

Eu tive um desempenho acadêmico muito bom. Fui um dos melhores alunos do curso da minha turma. E aí foi um passo para eu decidir por seguir a carreira no Direito. Dei-me a multinacional e fui trabalhar como advogado.

E o sr. se tornou professor, inclusive, da Faculdade. Como foi isso?

Assim que comecei a trabalhar como advogado fui prestar um concurso para o cargo de professor da Faculdade de Direito Comercial da Puc-Campinas. E aí teve um evento muito pitoresco. Quando o reitor era o Eduardo José Pereira Coelho, todos os professores tinham que fazer concurso para começar a nova carreira acadêmica. Na época, para você se tornar professor de Direito era a convite. Então, os professores eram o juiz da comarca, o promotor, o delegado. Era assim que funcionava. Não existia carreira de professor de faculdade de Direito. Era mais pelo prestígio. E aí com a formação de carreira profissional, a Puc adotou o concurso. A faculdade de Direito da Puc, inclusive, resistiu muito a isso. O professor Álvaro César Iglésias era o diretor na época. Na visão dele, ao adotar professor de carreira em detrimento dos profissionais que viviam do dia-a-dia do Direito, a faculdade perdia. E foi instituído, então, o primeiro concurso público para professor. E quem era já professor também tinha que prestar. Bom, resolvi prestar exatamente para a cadeira de Direito Comercial, onde os professores eram o Walter Hoffmann e o Agostinho Toffoli Tavoraro. E aí os grandes finalistas para a única vaga que tinha acabou sendo eu e o professor Walter Hoffmann.

Eu tive um desempenho acadêmico muito bom. Fui um dos melhores alunos do curso da minha turma. E aí foi um passo para eu decidir por seguir a carreira no Direito. Dei-me a multinacional e fui trabalhar como advogado.

E como foi esse momento?

Foi muito difícil. Era muito constrangimento eu ter que disputar a vaga com o professor Hoffmann. Eu quis abdicar da vaga. Tentei compor com ele dizendo que eu iria desistir. Mas ele foi grandioso, dizendo para eu continuar no concurso para vermos quem é que venceria. E nós continuamos. E ao final, eu acabei ficando com a cadeira. Aí eu disse para o professor que eu continuasse como professor titular de Direito Comercial e que eu iria pegar poucas aulas. Como de fato ocorreu. Ele continuou professor titular e eu fiquei lá como um professor paralelo. E eu disse: 'Professor então vamos dividir as aulas'. E ele me disse. Fiquei então com as aulas de sexta-feira à noite das 21h às 23h. (risos)

E quais são as suas especializações?

Fiz especializações em Direito Tributário, Internacional e Constitucional. Foram todas especializações dentro da Puc-Campinas. Foram quase dez anos como professor de Direito Comercial. Aí, por conta da experiência profissional e das titulações eu fui admitido no mestrado de Direito Tributário na Puc-São Paulo. Depois fiz especialização na Faculdade da Califórnia, nos EUA, em negócios internacionais. Depois fiz meu doutorado também em Direito Tributário. Nesse intervalo eu deixei a Puc-Campinas e fui professor de diversas outras faculdades de Direi-

“Era muito constrangimento eu ter que disputar a vaga com o professor Hoffmann. Mas ele foi grandioso, dizendo para eu continuar no concurso para vermos quem é que venceria”

to, como na Faculdade de São Francisco, e nas primeiras turmas da Universidade Paulista (Unip), na primeira fase da faculdade em Campinas, quando tinha também o professor Ricardo Negrão, Desembargador em São Paulo. Tive uma vida acadêmica muito longa como professor e diretor. E nessa época fui convidado para ser coordenador do Curso de Direito da faculdade do Ministro Gilmar Mendes, na cidade de São Paulo.

E o próprio escritório já estava acontecendo nessa época?

Sim. Eu iniciei o meu escritório de advocacia com pouco menos de três anos de conclusão do curso de Direito na Puc-Campinas. E aí já como professor em Direito Empresarial, o relacionamento que eu já tinha na faculdade, e a experiência de já ter trabalhado em escritório de advocacia e na empresa multinacional, comecei a atuar na área do Direito Empresarial. E aí nesse caminho com muito trabalho, tudo passou a ser muito bem-sucedido.

Onde funcionou o primeiro escritório em Campinas?

Mais um acaso, não sei se por sorte ou falta dela, mas o único imóvel que eu encontrei que daria para montar o escritório foi no Cambuí, na rua Maria Monteiro, e bem em frente ao famoso e antigo acougar do Zezinho. Então, com aquele movimento que o Zezinho tinha ali o escritório ficou extremamente conhecido. Foi um marketing e tanto! Aí o escritório encorpeou. Começamos a trabalhar com as multinacionais de Campinas e chegamos em um momento que 90% das multinacionais da cidade trabalhavam com a gente.

Foi nesse período que Campinas vivenciou uma arrancada empresarial?

Foi um período que já existia indústrias aqui, mas São Paulo estava ficando muito caro e difícil para as empresas sobre vários aspectos. Aí as indústrias instaladas na região da Marginal, em São Paulo, foram saindo e migrando para o interior. E Campinas passou a ser apontada como um bom lugar para se morar, e um grande polo para instalação de indústrias. Não só Campinas, mas a região. Foi um movimento que se intensificou no início da década de 90. E quando essas indústrias chegavam elas já vinham com executivos que nós já conhecíamos. Então o escritório nesse setor industrial se desenvolveu bastante. Tivemos um crescimento muito bacana. A partir dessa vinda das companhias, passamos a atuar também em Brasília, e com um escritório próprio também em São Paulo, onde também já tínhamos clientes.

O escritório foi pioneiro no modelo de trabalho, na terceirização do serviço jurídico. Como foi isso?

Nós passamos a ser advogados dos Correios. E ganhamos muita experiência em trabalhar em casos que estavam distribuídos em várias cidades. E com isso desenvolvemos muitos softwares para gerenciar essa simultaneidade de casos. E nesse período começaram os processos de privatização de telefonia. Passamos a ser advogados da antiga Telesp no estado todo. E foi o primeiro caso de grande terceirização do serviço jurídico. Porque os serviços jurídicos normalmente eram internos nas companhias. Nós tínhamos softwares nessa época e nós recebemos a carteira da Telefônica. Depois nos tornamos advogados das companhias de energia. Depois das ferrovias e depois das companhias aéreas.

Depois disso o escritório só escalou. Virou um escritório empresa, uma novidade para a época também?

Fomos expandindo para outros estados devido a essas operações, e chegamos a atender mais de 15 estados por conta da Telemar. Passamos a ser o maior escritório do setor de telefonia, de energia e de ferrovia. E depois, devido aos nossos sistemas, recebemos os bancos. E passamos a ser advogados do Itaú, Santander, Bradesco. Nós atingimos um número muito grande de profissionais que trabalharam conosco. E em 2004 nós nos integramos com os escritórios da Deloitte, maior empresa de consultoria e auditoria do mundo. E isso nos permitiu uma atuação internacional. Ficamos com presença em 19 países da Europa. Por fim nós tínhamos uma operação enorme aqui no Brasil com braços internacionais. Nos tornamos um dos cinco maiores do Brasil e o único fundado no interior. Conseguimos combinar a nossa experiência profissional jurídica com nossa grande capacidade de gestão. E nos tornamos um escritório empresa. Os modelos de escritório que trabalham hoje nacionalmente, fomos nós que criamos. Criamos o modelo de terceirização e atuamos em uma grande quantidade de casos e com diversos setores. Para se ter uma ideia na época era difícil achar advogados para trabalhar com consultorias.

E esse dinamismo e vanguarda perduram até hoje?

Sim, com o passar do tempo novos escritórios com o mesmo modelo surgiram e nós começamos a fazer um novo movimento para mudar o perfil da equipe e o perfil dos clientes e de casos que passamos a trabalhar. Resolvemos subir o grau de complexidade dos nossos serviços e passamos a trabalhar, além do direito tributário e empresarial, mais fortemente no mercado de aquisição e fusão de empresas, obtenção de investimentos estrangeiros, recuperação judicial e reestruturação de empresas. No interior teve um caso mais conhecido do escritório e que envolveu o parque Hopi Hari. Fomos contratados pelo parque que tinha mais alguns litros de diesel para continuar sua operação e nós em 48 horas conseguimos encontrar um sócio novo que permitiu a reabertura do parque. Pegamos fechado o parque e nós sugerimos uma maneira de buscar a reativação dele e conseguimos. Passamos a nos concentrar em casos cada vez mais complexos e difíceis.

E tem também a questão das arbitragens?

Hoje conduzimos através do escritório de arbitragem internacional, em Londres, Paris e nos EUA. Temos uma área só de fusões e aquisições. Em 2021 fizemos nove operações de compra ou venda de companhias. Trabalhamos muito com as privatizações. E recebemos prêmios em 2021. Teve um internacional de destaque na área de fusões e aquisições e um de transações complexas. Além de prêmios para advogados, como na área de contratos societários. Eu mesmo fui considerado um dos mais admirados advogados na área de tecnologia. Uma advogada nossa se destacou na área de consultoria. Nesses 32 anos, já tivemos mais de 2 mil pessoas no escritório. Nos dá muito orgulho ver que essas pessoas mantêm em suas biografias essa passagem pelo escritório.

O tema da arbitragem é ainda muito debatido no sistema jurídico brasileiro. Como o sr. vê isso?

No Brasil já tem uma Lei de arbitragem, mas na época houve um questionamento sobre se era constitucional ou não. E isso deixou a lei parada por dez anos. Porque a arbitragem é uma maneira de você ter uma disputa sem ter a interferência de um juiz estatal. Ter uma disputa governada por regras privadas e não por regras normais da jurisdição tradicional de um juiz estatal. Você não tem um juiz, você tem um árbitro. E é você que escolhe. Então nós entramos na arbitragem em relação ao mundo, muito atrasados, e com uma lei atrasada.

Por que ocorreu esse atraso na sua opinião?

Acho que foi uma dificuldade de compreensão. Os tribunais brasileiros somente de maneira muito recente começaram a ter maior contato com a questão da arbitragem. O Estado de São Paulo foi o estado pioneiro com a criação de varas empresariais também em arbitragem, mas não para fazer arbitragem, mas para os conflitos que surgem da arbitragem. Pois na arbitragem é só o árbitro que comanda realmente o processo todo. Então, hoje, o Brasil está muito bem na arbitragem.

Mas há espaço para evolução então?

O grande momento da arbitragem é agora no Brasil. Mas é preciso duas evoluções. Uma para permitir a arbitragem na matéria tributária, que é um dos maiores contenciosos que tem no país, já que o governo é um grande contencioso tributário, e para a trabalhista. O Brasil é campeão de conflitos trabalhistas, além do gasto com o dinheiro público para esses confli-

ENTREVISTA

De patrulheiro ao sucesso na carreira de advogado

Conheça a trajetória de um dos mais respeitados profissionais da área



O advogado Adelmo Emerenciano: arbitragem tende a simplificar e a acelerar o processo de disputa entre as partes envolvidas



Adelmo Emerenciano sobre as câmaras arbitrais: "espero que algum vereador apresente um projeto de lei ou a prefeitura tenha a iniciativa de apresentar um para solucionar isso"

tos. Grandes companhias deixam o país por conta desse problema. Na questão da arbitragem, em um primeiro momento ela não foi admitida para conflitos trabalhistas, e depois com a reforma mais recente, aceitou-se a arbitragem para cargos mais elevados. As novidades agora são duas, na matéria tributária, houve uma iniciativa onde está sendo possível ser feita a mediação. E muito pequena, mas tende a crescer. E o que entrou forte no país é a arbitragem na administração pública. Que é a possibilidade de nos contratos que são realizados com o Estado, com a União ou com a prefeitura, atuar na disputa também dentro de uma câmara arbitral.

E como esses dois movimentos são recentes?

A arbitragem em matéria de Direito Público começou no governo Federal, inicialmente sendo admitida em âmbito federal pelas agências reguladoras. Depois passou a admitir-se que alguns contratos com o poder público pudessem ser solucionados através da arbitragem. Posteriormente, aqui no Estado de São Paulo passou também a aceitar a arbitragem. A cidade de São Paulo começou a aceitar a arbitragem, inclusive. E nós estamos com uma expectativa de que a cidade de Campinas incorpore esse movimento também. Nosso escritório tem feito um



O advogado Adelmo Emerenciano a bordo de seu barco: paixão pelos esportes náuticos em alto mar

trabalho com as cidades da região para que seja incorporada uma legislação que dê possibilidade de uma solução por via arbitral.

Qual o grande benefício de uma cidade como Campinas incorporar a arbitragem em sua legislação?

Quando uma cidade incorpora na sua legislação a possibilidade de solução por via arbitral, ela desonera o contribuinte que tem que fazer uma disputa com a prefeitura ou uma disputa de contratos de interesses. Isso garante rapidez, e um processo mais simplificado que não fica com três, quatro instâncias. Tendo que ir até o Supremo Tribunal para resolver se tem ou não que pagar um IPTU, por exemplo. Não faz sentido que você tenha uma disputa local que termine em Brasília para ver se tem que pagar ou não um ISS. Se tem direito ou não de construir uma coisa em uma determinada região. Então isso é um absurdo que poderia ser solucionado pela arbitragem.

A arbitragem então traz uma solução mais rápida?

Ela traz uma única decisão definitiva. Então ela tem um tempo mais curto. Você pode escolher qualquer câmara arbitral com determinado preço, escolher os árbitros que se confie e solucionar o problema localmente. Então eu acho que a arbitragem é uma solução muito boa, principalmente para uma cidade do porte como Campinas.

Campinas tem muitos problemas que podem ser solucionados através de uma câmara arbitral?

Aqui em Campinas nós temos muitos conflitos em relação à legislação tributária, principalmente na área de IPTU. Então você veja como seria bom para o contribuinte poder contar com um tribunal arbitral privado que fizesse uma decisão, se tem ou não o pagar determinado tributo, em 30 dias. Porque o tempo médio de uma disputa tributária no Brasil é dez anos. A média é ficar 10 anos para saber se o IPTU do ano 2000 tem ou não que ser pago. A solução nesse caso seria só em 2015 ou em 2020. Então não faz sentido que haja esse tipo de coisa. Embora tenha o contencioso administrativo dentro das prefeituras, ele também é demorado, já que as pessoas depois da decisão acabam indo para o judiciário. Então essa demora toda também é ruim para os cofres públicos que demoram para receber um dinheiro. E é ruim para o contribuinte, porque a conta fica cada vez mais cara. Então, nós achamos que seria muito bom se pudessem introduzir a legislação da arbitragem no setor público e em contratos também. Isso aliviaria a Justiça também. Então nós acreditamos que uma grande solução para acelerar o funcionamento da máquina pública é destravar as disputas judiciais. E esse destravamento passa por uma legislação que permita a arbitragem na cidade de Campinas. Espero que algum vereador apresente um projeto de lei ou a prefeitura tenha a iniciativa de apresentar um para solucionar isso.

E com uma vida tão dedicada à advocacia, sobra tempo para relaxar? O sr. tem um hobby?

Eu sempre gostei de esportes mais exigentes. Eu sempre competi bastante em todo tipo de esporte. Eu fiz canoagem, paraquedismo, enduro de moto, mas atualmente no final das contas o que eu mais passei a me dedicar é a velejar. Hoje eu sou um velejador. Sou capitão há mais de dez anos. Já fiz a travessia do Atlântico. Tive o prazer de conseguir comprar o meu barco e buscá-lo. Atravessei o Atlântico com ele. Foi como se diz: pegue o touro à unha. Escalei no Nepal também. E aos finais de semana.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Página:** 4 e 5